

Aprendizagem política e metodologia: grupo espiritualidade e partilha

Political learning and methodology: spirituality and sharing group

Stephen Silva Simim *
Amauri Carlos Ferreira **

Resumo

O artigo aborda como a aprendizagem política de jovens católicos que participaram do Grupo Espiritualidade e Partilha (GEP), na década de 1990, na periferia norte de Belo Horizonte- Minas Gerais, vivenciaram um modo de ser Igreja mediante uma metodologia própria. Os objetivos são descrever e analisar a significativa aprendizagem política de jovens católicos que participaram nas origens da elaboração da metodologia de formação do grupo de jovens e sua extensão na aprendizagem política; compreender como a metodologia criada ofereceu às juventudes novos referenciais para a continuidade do desenvolvimento de suas ações políticas na vida social e eclesial. O caminho utilizado nesta pesquisa qualitativa foi o fenomenológico e os procedimentos metodológicos foram da história oral temática. Os resultados da pesquisa apontaram que a relação amadurecimento humano e a vivência de uma espiritualidade política conduz à aprendizagem política para além da Igreja Católica nas interpretações de si e do mundo numa ação política de busca pela transformação da sociedade.

Palavras-chave: Aprendizagem política. Metodologia para a juventude. Formação política. Juventude católica.

Abstract

The article presents how the political learning of young Catholics who participated in the Spirituality and Sharing Group (GEP) in the 1990s, in the northern outskirts of Belo Horizonte - Minas Gerais experienced a way of being Church through their own methodology. The objectives are to describe and analyze the significant political learning of young Catholics who participated in the origins of the elaboration of the youth group's training methodology and its extension in political learning; understand how the methodology created offered young people new references for the continuity of the development of their political actions in social and ecclesial life. The path used in this qualitative research was phenomenological/hermeneutic. The results of the research pointed out that the relationship between human maturation and the experience of a political spirituality leads to political learning beyond the Catholic Church in the interpretations of oneself and the world in a political action of search for the transformation of society.

Keywords: Political learning. Methodology for youth. Political formation. Catholic youth.

Artigo submetido em 11 de março de 2021 e aprovado em 11 de novembro de 2023.

* Doutor em Educação pela PUC Minas (2019), Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2001) e Graduado em Filosofia pela PUC Minas (1998). Atualmente é professor na PUC Minas. País de origem: Brasil. E-mail: stephensimim@hotmail.com.

** Doutor em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2002). Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1995). Possui graduação em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1989). Atualmente é professor /pesquisador do Instituto Santo Tomás de Aquino e Adjunto IV da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. País de origem: Brasil. E-mail: mitolog@pucminas.br.

Introdução

Em todo processo de conhecimento e aprendizagem há exigência de pelo menos um método de compreensão ou de intervenção do real. A aprendizagem política de cunho religioso não foge a esse processo. A trajetória e a condução na evangelização das juventudes desenvolvidas pela Pastoral da Juventude (PJ), na cidade de Belo Horizonte, tornaram-se fundamental para percebermos as motivações da metodologia de aprendizagem política ocorrida no GEP (Grupo de Espiritualidade e Partilha). Nesse contexto católico, na década de 1990, duas vertentes religiosas se encontravam em um campo de disputas: Renovação Carismática e Teologia da Libertação.

Ao vivenciar situações emblemáticas dentro da Igreja em uma perspectiva teórica e prática, foi necessário aperfeiçoar e buscar um caminho que pudesse indicar novos rumos para conviver com a juventude católica. Uma metodologia foi necessária, pois ela proporciona no campo da pesquisa e da intervenção um processo de aprendizagem contínua. Nesse sentido, foi utilizado os procedimentos da história oral em sua vertente temática¹, uma vez que

[...] a história oral é um recurso moderno usado para elaboração de documentos, arquivamentos e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e é reconhecida como história viva. Como expressão de contemporâneos, a história oral tende a responder a um sentido de utilidade prática, social e imediata. Isso não quer dizer que ela se esgote no momento de apreensão e da eventual análise das entrevistas. Ela mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro, sugerindo que outros possam vir a usá-la. (MEIHY, 1998, p. 17).

Com esse procedimento metodológico foi possível compreender a importância do GEP na vida dos sujeitos desta pesquisa e, ao mesmo tempo, analisar as narrativas de um momento significativo, político/religioso para os jovens e para a própria Igreja Católica.

¹ Por partir de um assunto específico e preestabelecido, a história oral temática se compromete com o esclarecimento ou opinião do entrevistador sobre algum evento definido. A objetividade é direta. Pretende-se, mesmo considerando que ela é narrativa de uma versão do fato, que a história oral temática busque a verdade de quem presenciou um acontecimento ou que pelo menos dele tenha alguma versão que seja discutível ou contestatória. (MEIHY, 1998, p. 41).

Para compreender de que maneira jovens que professam suas crenças aprendam a agir politicamente, é necessário um caminho que envolva sua origem e extensão. Nesse sentido, compreender como um grupo de jovens se originou e qual a metodologia por ele proposta configurou uma experiência de aprendizagem política que proporcionou um modo singular de se fazer pertencer ao mundo.

Na vivência eclesial do grupo de jovens, a aprendizagem política era experimentada a partir do campo de diálogo e partilha de vida, da ação social e comunitária e da espiritualidade da libertação. Tal experiência favorecia um espaço de compreensão do ato político como a capacidade de transcender através do diálogo a experiência privada e o reconhecer-se no campo da diversidade. Dessa maneira, a formação das juventudes apontava para um reconhecer-se diante de um organismo, o perceber-se e agir a partir da igualdade e da diversidade do ser.

Essa metodologia de formação para as juventudes e o contexto das subjetividades juvenis significou pensar um conjunto de processos de diferenciação em uma ação política dentro de configurações históricas. A dimensão da espiritualidade oferecia aos jovens condições para uma iniciativa e presteza na ação política e social, fomentando o protagonismo de cada um em seu contexto comunitário, locomovendo-se pelos espaços da cidade, realizando atos e mobilizações em favor de transformações da realidade social. Assim, compreender como se deu essa experiência de formação e aprendizagem política entre jovens católicos que vivenciaram uma experiência eclesial na periferia da cidade Belo Horizonte – Minas Gerais nos leva a tratar os elementos que compuseram tal experiência.

Buscou-se entender a origem e extensão do Grupo Espiritualidade e Partilha (GEP), cuja socialização de sentimentos e da espiritualidade demarcaram originalidade como modelo de ação educativa eclesial juvenil por vislumbrar o sonho de uma escola eclesial da libertação das juventudes.

1 Da juventude católica em Belo Horizonte ²: origem do Grupo Espiritualidade e Partilha (GEP)

Todas as transformações no âmbito da Pastoral da Juventude no Brasil e América Latina influenciaram ou provocaram mudanças na Arquidiocese de Belo Horizonte que, em princípio, acolheu as diretrizes norteadoras do Concílio de Jovens em Lins/SP, do III Encontro Nacional de Pastoral de Juventude, da Conferência de Puebla. No desenrolar dessa história, observa-se uma nova organização da Pastoral geral e na Arquidiocese de Belo Horizonte acolhendo as diretrizes de pastorais específicas.

Nessa nova organização constatam-se permanências e rupturas entre os setores progressistas e conservadores dando a entender nesse processo de compreensão da realidade na origem de uma nova etapa da juventude católica. Na compreensão dos pesquisadores sobre a juventude católica:

A partir de 1980, os jovens encontram-se apáticos do ponto de vista político e voltados para si mesmos. Os ritos que propagam a Boa Nova continuaram trazendo a referência de Jesus com o rosto personificado dos marginalizados. Cultos diversos voltaram-se para a utopia do Reino com o conteúdo recheado de valores diferentes e distantes do mundo urbano. Discursos ambíguos faziam parte de uma ação religiosa nos anos 1980. Na instituição católica conflitos institucionais na forma de conceber a unidade em Cristo repercutiram no paradoxo das duas vertentes do catolicismo: a 'conservadora' e a 'progressista'. Esses conflitos ficaram presentes na formação de imagens pela juventude católica sobre a posição da Igreja. (FERREIRA; RENA; PINHEIRO, 2015, p. 437).

Destacamos na história da Arquidiocese em Belo Horizonte três momentos distintos, configurando formato e estrutura organizacional do território no processo de estrutura política religiosa.

O primeiro momento, com Dom Antônio dos Santos Cabral, mandato entre 1921-1957, organizou-se a arquidiocese em foranias que sofreram várias

² Para melhor compreender a história da juventude católica na Arquidiocese de Belo Horizonte ler: Dissertação de Mestrado de Maria Elizabeth Marques, Formação e Crise da Juventude Católica: O movimento em Minas Gerais – 1935 – 1968. A tese de doutorado de Amauri Carlos Ferreira - O imaginário religioso e modos de vida urbana: experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte – MG. Anos 1980. A tese de doutorado de Stephen Silva Simim - Educação e metodologia de aprendizagem política: experiências da juventude católica na Belo Horizonte dos anos de 1990. O trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais de Ariane Vieira Leite - As concepções de Transformação Social que embasam dois movimentos de Juventude Católica Universitária - Projeto Universidades Renovadas (PUR) e Pastoral Universitária (PU) - Uma abordagem circunscrita aos anos de 1990-2000. O artigo dos autores: Amauri Carlos Ferreira, Luiz Carlos Castello Branco Rena, Luiz Antônio Pinheiro- A Juventude Católica na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

alterações, de acordo com os movimentos de crescimento da cidade e desmembramento de outras dioceses. O segundo, com Dom João Resende Costa, mandato entre 1957-1986, realizou-se a primeira mudança das foranias para setores na década de 1970 e em seguida foram reorganizadas em regiões episcopais. O terceiro, com Dom Serafim Fernandes de Araújo, governo entre 1986 e 2004, em que se realizaram mudanças nas regiões episcopais e uma reorganização nas foranias.

Diante das mudanças no território e novos formatos de gestão dele, evidenciou-se uma tensão entre os modos de vida típicos do caráter rural e paroquial diante dos desafios da modernidade tipificados nos modos de vida urbanos. Se há por um lado um modo de estruturação do território eclesial, por outro há uma ação dos agentes políticos nesse território.

A divisão em regiões marcava também a possível discussão de problemas locais, que culturalmente se diferenciavam devido à extensão e distanciamento com o meio urbano. Assim, a organização dos jovens por paróquias nas regiões da Arquidiocese, mantém, em certo sentido, o caráter rural da Igreja em seus ritos e suas utopias. (FERREIRA; RENA; PINHEIRO, 2015, p. 441).

Nesse contexto da Arquidiocese em Belo Horizonte, as juventudes buscaram metodologias que representassem sua realidade e necessidades. Era visível o aparecimento de lideranças juvenis em que o desenvolvimento da estrutura pastoral era composto por uma presença de setores da hierarquia com uma sensibilidade e predisposição mais crítica. Mas onde ocorria a presença de setores conservadores o conflito estava instaurado, principalmente quando no cotidiano das vivências eclesiais essas diferenças se encontravam.

Os jovens buscavam uma metodologia e uma organização para mostrar seu rosto. A opção preferencial pelos pobres e pelos jovens deu-lhes força para se organizar; no entanto, não foi suficiente para sensibilizar representantes da hierarquia para o seu modo novo de ser Igreja dentro do espaço urbano. É na apropriação religiosa do espaço urbano que a chamada territorialidade assume seu papel de ser unidade de referência religiosa, prescindindo da ação religiosa dos fiéis. (FERREIRA; RENA; PINHEIRO, 2015, p. 441).

É nessa organização territorial que os bairros Céu Azul e Lagoa, na região norte de Belo Horizonte, compreendiam uma realidade que acolheu diversas famílias vindas do interior de Minas para a capital. Em seu cotidiano, elementos culturais se apresentavam em uma transição do interior para uma nova realidade.

Os bairros, em suas origens, possuíam uma infraestrutura precária. A vivência religiosa em seu espaço eclesial representava um importante núcleo de sociabilidades para os moradores que vivenciaram a experiência de organização e reivindicação de melhorias nas condições sociais dos bairros.

Nesse ambiente, o espaço eclesial representou importante vetor de encontro e organização juvenil. A participação no grupo de jovens para muitos representava o espaço de sociabilidade, descobertas da adolescência, participação em ações sociais e políticas, continuidade dos vínculos de aprendizagem política que advinham do núcleo familiar.

É notável nas narrativas daqueles que foram jovens na década de 1990 que as primeiras lições de ação política vinham dos vínculos familiares daqueles pais que abriram suas casas para as primeiras reuniões de associação de moradores, novenas e orações comunitárias e singularmente para a organização das comunidades eclesiais. Algumas pessoas se tornaram referências para o processo educativo de crianças e adolescentes. Os adolescentes que posteriormente chegaram foram agregando ao grupo de jovens.

1.1 A organização e a metodologia do GEP

O núcleo de formação do GEP era composto por assessores – responsáveis pela concepção dessa metodologia – que possuíam um vínculo histórico com as diretrizes e desafios de uma evangelização das juventudes na Igreja Católica. Eles mantinham uma conexão com as orientações da Igreja Latino-americana e, ainda, viviam próximos a esse contexto social onde atuaram em ações pastorais na Igreja local.

Inicialmente o GEP estruturou-se nos bairros Céu Azul e Lagoa a partir de dois grupos e, posteriormente, foram criados mais cinco no território da Arquidiocese de Belo Horizonte. Os sete grupos atingiram aproximadamente entre 90 e 100 jovens. Os grupos estavam sempre presentes nas periferias da cidade, atendendo uma demanda de jovens que viviam em condições sociais e econômicas com fatores limitadores para seu desenvolvimento. A faixa etária dos jovens compreendia entre 17 e 23 anos; a escolaridade se tornou um fator

motivador para aqueles que haviam abandonado a escola como também pensar um projeto de futuro na perspectiva acadêmica; a presença feminina era maior em relação à masculina nos grupos.

A metodologia do GEP buscou inovação a partir de um caminho já percorrido pela Pastoral da Juventude com o método ver, julgar e agir. Posteriormente, incluíram as categorias rever e celebrar, em que amadurecia o caráter dialético do método. Ferreira (2002), em seus estudos sobre a juventude católica da década de 1980, aponta para a utilização do livro de Pe. Jorge Boran, *Juventude um Grande Desafio*, como a chave para a organização de alguns grupos e da Pastoral de Juventude.

Para o GEP, esse percurso era fruto da percepção de que não bastava a compreensão do contexto de maneira puramente racional. Considerava-se importante rever os processos e celebrar os caminhos percorridos como forma de alimentar a espiritualidade evangélica da libertação.

O livro *Juventude um Grande Desafio*, do Pe. Jorge Boran, continuou sendo a referência no Brasil para a organização dos grupos de jovens em que havia uma evangelização mais crítica. É no contexto da experiência religiosa e do espaço urbano que a territorialidade assume seu papel de demarcação de uma ação política, a partir da experiência religiosa das juventudes, e esse método propunha a formação de uma consciência crítica da realidade.

O método ver, julgar, agir, rever e celebrar representou um processo dialético em que o exercício da práxis, como a ação e reflexão, se configurou a partir do olhar os fatos, causas e consequências, do ver e buscar a iluminação da razão pelos critérios cristãos: o julgar. Esse método formava as juventudes na passagem de uma postura da execução de tarefas a uma práxis como ampliação de ver a realidade. Assim como propôs Boran.

Para refletir sobre as práticas, precisamos de algum esquema. Seguimos o ver [fatos, causas e consequências] e o julgar [critérios cristãos]. A ação [agir] mais tarde se constituirá em um fato a ser revisado. Portanto, é um processo contínuo que vai sempre aprofundando a ação do grupo e seu conhecimento da realidade e dos dados básicos da fé [rever]. É um processo de conversão permanente. (BORAN, 1989, p. 163).

No campo da Igreja Católica, esse método reordena o pensar a evangelização com uma referência teórica na Educação, o que fomentou iniciativas para a formação e aprendizagens para a ação política das juventudes. Ele também influenciou outras iniciativas metodológicas de formação das juventudes em uma perspectiva de evangelização e educação crítica.

Pensar uma filosofia da Educação significa torná-la operadora de uma dinâmica de libertação, de maneira que os sujeitos, a humanidade, encontrem as condições para o seu desenvolvimento e transformem as estruturas sociais, acolhendo as rupturas necessárias para o surgimento da novidade. E assim propiciar a libertação do opressor e do oprimido dessa trama que impede o estabelecimento de um método que considere existencialmente os sujeitos e não uma ideia sobre os sujeitos. Atender à desafiadora tarefa da crítica e das rupturas nas estruturas geradoras do empobrecimento da humanidade. E, ainda, pensar e proporcionar uma condição educativa capaz de gerar as rupturas pessoais e sociais.

A Educação como conjunto é capaz de permitir aos envolvidos uma leitura da realidade histórica e as opções necessárias para a transformação desses contextos que assegurem a autonomia e a dignidade dos sujeitos. Essa realidade se fará a partir do momento em que o oprimido, ao recuperar sua humanidade, não reproduza mais uma vez o universo do opressor, mas restaure a humanidade de ambos: oprimidos e opressores, como descreve Freire.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem em si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos. (FREIRE, 2005, p. 33).

A Educação, como qualquer setor da vida social, externaliza as tensões e conflitos humanos e sociais. E, assim, a reflexão a respeito da Educação ou outro sistema gerador de sentido deve ultrapassar as esferas do controle ou tentativas de manipular a autonomia dos sujeitos. Portanto, podemos identificar nas sociedades algumas práticas de Educação subservientes a setores dominantes e uma prática de Educação que represente a ruptura com esses contextos.

A metodologia do GEP, ao ampliar a configuração do método proposto pelo Pe. Jorge Boran, representou na periferia de Belo Horizonte um trabalho educativo a partir de uma educação pautada na espiritualidade e na libertação.

Considerando os cenários de educação e evangelização católica na cidade, percebe-se a singularidade dessa metodologia. A trajetória política desenvolvida pelos jovens, naquele contexto, nos leva a reconhecer a importância de sua investigação no campo da formação educativa que pressupõe um método de aprendizagem.

Na percepção dos assessores na Pastoral da Juventude, os cenários dos grupos de jovens não os favoreciam quando atingiam um nível de maturidade crítica. Isso desestimulava uma continuidade nos processos pastorais nas comunidades eclesiais. Essa constatação levou os assessores a buscar um caminho que pudesse reverter essa situação. Os assessores Murad e Albuquerque (1996) descrevem o nascimento dessa metodologia do GEP.

Os Grupos de Espiritualidade e Partilha (GEPs) surgiram para responder a uma necessidade que percebemos na nossa atuação com os jovens. Tínhamos algumas perguntas inquietantes: por que tantos jovens disponíveis e críticos, conscientes da importância de sua atuação para a mudança da sociedade, depois de algum tempo de caminhada, acabavam saindo da Igreja e abandonando a fé? O que faltava ao nosso trabalho, para que os jovens pudessem ter uma atuação firme na Igreja e na sociedade e continuar alimentados por uma adesão profunda ao projeto de Jesus? (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 5).

A partir dessa constatação, no processo de formação das juventudes, surgiu a necessidade de se pensar uma metodologia para os grupos de jovens que adequassem os desafios de uma adesão à fé e que, ainda, estimulassem o protagonismo das juventudes como sujeitos evangelizados e evangelizadores em seus respectivos contextos eclesiais e sociais.

Entre os assessores, havia uma reflexão sobre as lacunas deixadas entre uma formação eficiente no campo do estímulo à consciência crítica e que faltavam elementos de espiritualidade, oração pessoal, leitura da Bíblia e participação nas celebrações e sacramentos em uma perspectiva de diálogo com as subjetividades daqueles jovens.

Tal reflexão remonta a uma análise sobre as características predominantes

entre as diferentes gerações e motivações que compuseram os cenários dos movimentos juvenis. E, ainda, perceber como as ações políticas construídas como tendências das juventudes em diferentes décadas e contextos, foram capazes de produzir rompimentos e questionamentos referentes à construção e manutenção dos modos de vida de um contexto juvenil.

O jovem militante da década de oitenta tinha um coração doente, que cresceu pouco. A cabeça e as mãos se desenvolveram muito, pois importava sobretudo a discussão e a prática transformadora. Vimos que muitos abandonaram a fé por falta de uma espiritualidade sólida ou por não superarem conflitos, de natureza afetiva, na sua história pessoal. Além disso, outros não encontravam nos grupos e nas pastorais um espaço onde pudessem partilhar suas crises normais de crescimento e os momentos de desencanto com as estruturas da Igreja. 'Pastoral' virou espaço para trabalhar, não para respirar e se encontrar com irmãos e irmãs. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 6).

Pode-se destacar que há no processo de reflexão dos assessores a possibilidade de recuar o olhar e analisar um contexto anterior. E que, ao fazê-lo, puderam assim vislumbrar outras perspectivas e cenários para pensar a metodologia do GEP. A crítica apontada pelos assessores idealizadores era de que a Igreja da Libertação fomentou na década de 1980 uma crescente ação formativa da consciência social e da atuação política. Mas se mostrou limitada na capacidade de expressão de uma partilha de sentimentos e de uma espiritualidade que tocasse as subjetividades das juventudes. E, ainda, que não deveriam perder de vista as diretrizes da Pastoral de Juventude e da Igreja Latino-Americana no que se refere a contextualizar uma ação evangelizadora, considerando as mediações socio analíticas oferecidas pela Teologia da Libertação.

A intenção dos assessores na elaboração da metodologia do GEP era manter os elementos positivos das gerações anteriores que fomentaram ações políticas críticas e transformadoras da vida social. Ao articular esse ideário com o desenvolvimento das subjetividades juvenis, o objetivo era provocar o repensar a ação política que sofria certa diminuição dos interesses políticos no contexto das juventudes.

A metodologia do GEP, em termos locais, representou uma síntese entre a tese e a antítese, que respectivamente seriam as ações de ordem mais crítica e de atividade política e as ações de ordem mais subjetivas e íntimas. O foco era oferecer naqueles contextos uma resistência aos movimentos mais intimistas que

havia se estabelecido no interior da Igreja Católica desde a década de 1980.

Tal constatação se refere a uma metodologia que respondesse à preocupação em dar continuidade ao êxito das décadas de 1960/70 no que se refere à formação crítica para uma atuação política. E, ainda, reconhecer a necessidade de acolher a novidade da subjetividade dos sujeitos, sem desqualificar o importante avanço crítico da Igreja da Libertação, no contexto Latino-americano, ocorrido a partir do marco na Igreja Católica, através do Concílio Vaticano II e das Conferências Episcopais de Medellín e Puebla.

A relevância da metodologia do GEP concentrava-se, naquele momento, na capacidade de ouvir as necessidades das juventudes e de adequar uma metodologia capaz de contemplar as realidades e necessidades impostas no processo de formação e evangelização dos jovens. Murad e Albuquerque apontam que:

os GEPs não pretendem ser “o remédio” para os problemas da juventude. Eles tentam responder a uma demanda concreta. Não querem substituir outras experiências existentes, igualmente válidas, no campo da espiritualidade. Pensamos somente em dar uma contribuição a mais no imenso e diversificado trabalho com a juventude. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 7).

Assim, os idealizadores pontuaram que a metodologia do GEP não seria um remédio para as questões das juventudes e muito menos um movimento paralelo no interior da PJ e da Igreja. Eles apontavam como critério uma alternativa de ação pastoral que priorizasse a continuidade de uma formação crítica para a ação transformadora da realidade social, em diálogo com o contexto das subjetividades juvenis, na região norte da cidade de Belo Horizonte. Eles vislumbravam como meta manter a opção preferencial pelos pobres e ajudar no crescimento pessoal e na mística, começando a propor grupos nos quais os jovens fizessem uma crescente experiência de oração e partilhassem suas experiências de vida.

Na medida em que a ação metodológica do GEP foi se desenvolvendo, verificou-se o surgimento de novas demandas no contexto eclesial que culminaram no surgimento de organismos específicos de pastoral focados na formação para catequese inicial e crisma, teológica, artística e cultural. E a

ampliação do já existente CMP – Centro Marista de Pastoral passou a atingir as juventudes no perímetro da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Esses organismos preencheram uma lacuna na organização da Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte, atendendo à necessidade de mobilização e formação de jovens. É reconhecidamente uma alternativa para a Pastoral da Juventude na Arquidiocese de Belo Horizonte com uma realidade deficitária na sua composição orgânica na cidade e região metropolitana.

Assim, o GEP, que havia nascido de uma experiência do Centro Marista de Pastoral (CMP) e que inicialmente propunha cursos de formação teológico-pastoral para as juventudes dos bairros Céu Azul e Lagoa, foi potencializado com uma gama de cursos e ações pastorais para além dos bairros da região Norte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os jovens formados no GEP passaram a atuar em assessoria dos cursos e progressivamente eram desafiados a ampliar seu potencial de ação na vida eclesial e social.

Um aspecto fundamental para a estrutura organizacional do GEP era compreender sua diferenciação em relação a um grupo de jovens de uma paróquia. O grupo paroquial cumpriria, inicialmente, a inserção desses jovens no ambiente eclesial. Mas, com o passar do tempo e alcançando certo nível de maturidade, esses jovens estariam aptos a participar de um GEP. E este, por sua vez, era essencialmente concebido para um salto qualitativo na experiência eclesial desses jovens que haviam atingido certo grau de maturidade. Assim, afirmavam os idealizadores.

O GEP não existe, em primeiro lugar, para jovem iniciante, que acabou de descobrir a fé ou a comunidade eclesial. Cremos, ao contrário, que o GEP é um espaço privilegiado para jovens que já tenham uma boa caminhada de fé, experiência de engajamento na comunidade eclesial e desejo de viver fortemente sua identidade cristã. Vemos que hoje há jovens que buscam algo mais para viver e celebrar sua fé. Pensamos especialmente nos coordenadores de PJ, ex-participantes de grupos que buscam algo mais profundo e consistente, monitores e coordenadores de crisma, jovens catequistas e jovens de movimentos e outras pastorais. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 11).

A estrutura previa uma regularidade nos encontros a cada duas, três semanas ou uma vez ao mês, dependendo da caminhada delineada pelo grupo, o que corresponderia ao nível e à necessidade das partilhas entre os participantes.

Recomendavam, ainda, um número entre 10 e 15 participantes, de maneira a não empobrecer as partilhas pela pouca diversidade no nível delas, caso o grupo fosse pequeno, e no processo de escuta e intervenção que também cumpria a uma função no processo da formação e aprendizagem.

A diversidade de subjetividades juvenis era um ponto agregador. Se o grupo se estabelece a partir de um coletivo, seja ele o do bairro, o da atividade pastoral específica, o da universidade e outros, poderia representar, sendo bem conduzido, uma alternativa para a formação e a aprendizagem política.

A capacidade de escuta do outro e ao mesmo tempo a abertura sincera para falar do sentimento a partir de uma formulação e interpretação de sua história pessoal, representava parte das condições para se atingir um nível de crescimento e de maturidade. Em uma linguagem simples e acessível, os assessores do GEP impunham as condições para o êxito do grupo.

Cremos que importa ter claro que um GEP tem um jeito novo de ser e uma proposta mais exigente. Por isso, demanda um grupo menor, mais constante, com presença de um assessor, e que esteja disposto a crescer na fé, na vida fraterna e no compromisso pastoral. A gente não pode batizar como Grupo de Partilha qualquer grupinho que exista por aí, só porque está na onda. Isso seria “queimar o filme” dos GEPs, transformá-los numa coisa banal, sem gosto e sem graça. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 12).

Esse aspecto relevante na metodologia do GEP foi a inovação na criação do espaço de grupo para o enfoque nas partilhas dos sentimentos, das ações pastorais, da experiência de fé e da revisão do relacionamento do grupo. As temáticas das partilhas correspondiam ao núcleo do desenvolvimento dos anseios e desejos juvenis e que provocavam pensar projetos de futuro de cada jovem que de alguma maneira fora atraído para esse espaço de convívio.

A proposta do GEP como projeto de formação para espiritualidade, em uma configuração do expressar por meio de diferenciadas partilhas, gera um rompimento com o modo eclesial de ser Igreja e propõe a construção juvenil de uma identidade autônoma.

2 A morada da partilha de vida e da espiritualidade: a aprendizagem política

A tarefa da partilha exigia a compreensão e o preparar-se para duas ações fundamentais: o exercício do escutar e o exercício do falar. A dinâmica do grupo não era simples. Não bastava se colocar em um ambiente e começar as falas e as escutas. Em muitas situações, o silêncio era a expressão de um conflito não resolvido, de marcas de sofrimentos não trabalhados. E a tarefa era desafiadora. Como acolher e conduzir essa situação no grupo?

Portanto, a partilha de vida não era um aspecto simples para ser dinamizado. E, ao mesmo tempo, não eram conduzidos por um profissional terapeuta. Nesse sentido, a metodologia foi fundamental para orientar e trabalhar a escuta, a fala e o desafio de produzir uma repercussão dos sentimentos de maneira a favorecer o desenvolvimento da maturidade humana.

As orientações para uma boa partilha dispunham de aspectos pontuais que facilitariam o processo da escuta e da fala dos anseios juvenis, mas que ultrapassavam esses contornos formais e representava, assim, um exercício descrito como tarefa a ser preparada. E essa preparação era um item a desafiar os participantes do GEP, no sentido de um cuidado e entendimento da dinâmica da partilha e da relação de ajuda. Isso, ao longo da prática, apontaria para o amadurecimento dos envolvidos na esfera de pensar a condição humana. Eram considerados como critérios, como apontam Murad e Albuquerque (1996).

A primeira tarefa do grupo é aprender a partilhar e a participar da partilha. Cremos ser necessário desenvolver algumas aptidões. Entre elas, destacamos: crescer na expressão pessoal, ouvir e acolher, guardar no coração sem carregar nas costas e dar retorno quando necessário. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 17).

Para assegurar o bom desenvolvimento das partilhas no grupo, era fundamental a compreensão de que ao participar do GEP o jovem estaria assumindo um compromisso coletivo de alcançar um nível cada vez mais elevado na partilha de vida e formação política. E para isso, era necessário compreender que cada um necessitaria de um investimento de tempo em estudo e leitura pessoal que auxiliaria as atividades e necessidades coletivas do grupo. Considerava-se ainda que a prática da escuta e da fala eram exercícios didáticos

que fundamentariam uma base para qualquer área de formação e de atuação.

Assim, havia uma sugestão de bibliografias para cada área de estudo que compreendia o autoconhecimento e relacionamento interpessoal, afetividade e sexualidade, espiritualidade, pastoral, realidade política e social, formação da consciência crítica e a formação bíblico-teológica. As referências sugeridas tinham um critério de qualidade e rigor nos conteúdos para possibilitar um progressivo avanço no conhecimento e, assim, superar os desafios encontrados no âmbito da formação pessoal, de maneira a estimular as juventudes a se tornarem multiplicadores dos conteúdos em seu contexto eclesial e com outros jovens.

Atitudes como a progressiva expressão dos sentimentos correspondiam à formação e aprendizagem que favoreceram os jovens a ascenderem na capacidade de interpretar a vida social e de se posicionarem diante de novas situações e exigências do cotidiano. Algumas dessas experiências levaram muitos jovens a uma inserção em novos ambientes onde puderam desempenhar sua ação política na sociedade. Era considerado como exercício para o desenvolvimento da expressão pessoal um campo favorável que inspirasse confiança e acolhimento.

Por isso, o Grupo de Partilha desenvolve, em primeiro lugar, a abertura para a pessoa se expressar. Com a abertura, vem a sinceridade, a capacidade de se olhar sem medo e de se revelar. O animador da reunião deve criar o clima favorável para a partilha, um ambiente de confiança e acolhida. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 18).

O exercício do ouvir e acolher tornou-se uma referência na prática da partilha. O acolhimento do outro e o reconhecimento da alteridade passava pela escuta da partilha do sentimento e dos gestos simbólicos do sentar-se diante daquele/a que partilhava o falar, tendo os demais um olhar direcionado a quem naquele momento se expressava. Como podemos constatar na narrativa³ abaixo sobre a postura que se esperava em um encontro, como descreve Simim (2019).

[...] Nossos encontros ajudavam a aprender a escutar o outro; de saber falar; saber o tempo de cada um; de saber se aquela pessoa é mais frágil e não gosta de falar sobre si. Era respeitado o tempo para ela falar. Então a gente deixava cada um no seu tempo [...] a roda que era de 10 a 12 pessoas [...] e diante do exercício, em cada encontro, cada um ia se sentindo mais espontâneo para falar [...]. (SIMIM, 2019, p. 124).

³ Essa narrativa e outras aqui apresentadas referem-se a entrevistas realizadas a partir do método da história oral em sua vertente temática realizadas com pessoas que participaram do GEP.

As formas concretas da escuta e os gestos simbólicos dos corpos representavam uma sintonia entre aqueles/as que, em um momento temporal, realizavam a partilha dos seus sentimentos. Exercitar a capacidade de escuta também era uma forma de partilhar a vida, via o acolhimento e o dialogar com o outro. A roda na partilha era o tempo para que cada um formulasse e expressasse os seus sentimentos. Era uma oportunidade para desenvolver a coragem para o discurso e, na medida em que alcançassem a superação da vergonha ou repressão da expressão, se alcançava progressivamente a postura da maturidade diante dos outros. Tal postura expressava-se pela orientação dos assessores.

Enquanto a gente ouve, vai acolhendo a pessoa e sua história. Não julgamos com preconceitos a sua fala, mas tentamos compreender por dentro a sua situação existencial, o significado do que ela está dizendo. Aquilo que as pessoas contam num Grupo de Partilha é ocasião para a gente crescer, pois aprendemos o que é o ser humano na grandeza e limitação, força e fragilidade, na sua luta. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 18).

Assim, a metodologia do GEP propunha um caminho didático que formasse as juventudes para a superação das dificuldades da expressão e ainda auxiliasse na elaboração do discurso que revelaria o sujeito que estava falando. A dinâmica do grupo era uma escola de elaboração de palavra que revelaria o sujeito e a intenção do sujeito, como também conduziria à ação, fruto daquilo que foi elaborado na coletividade. Portanto, observa-se nesse contexto a realização de uma metodologia que externaliza uma escola eclesial da libertação das juventudes.

Pode-se observar nas orientações sobre o conceito de espiritualidade uma tentativa dos assessores em traduzir, em uma linguagem acessível aos jovens, os elementos que balizavam a compreensão de como essa categoria exerce o seu papel na condução da experiência de fé. Por consequência, a maneira como a espiritualidade sinaliza e inspira os jovens a pensar a projeção dos valores éticos e evangélicos em seu contexto histórico.

A vivência de uma espiritualidade no ambiente do GEP sugeria uma dimensão da fé que poderia colocar os jovens de maneira ativa no seu contexto histórico. Pode-se observar nesse relato a seguir como era concebida e vivenciada nesses momentos de oração e espiritualidade no grupo. Buscava-se um novo

espaço que garantisse a condução de uma mística ou espiritualidade da libertação, sem desprezar as subjetividades juvenis, e que externalizasse os valores evangélicos articulados com o contexto histórico em perspectivas de transformação.

É o que se observa na narrativa apresentada por Simim (2019).

[...] Era uma experiência diferente dos ritos tradicionais da Igreja, e que muitas vezes eu não concordava apesar de estar inserida. Então, era uma oração gostosa, contemplativa, que te levava a uma espiritualidade livre. Que ao mesmo tempo te aproximava de Jesus e não te enclausurava em uma norma, em dogmas que eu não concordava. Então, era muito saboroso a gente cantar, e se aproximar da bíblia, dos textos, dos salmos. Tudo feito a partir da realidade do povo, da realidade social. Que era o que a gente acreditava e queria: estar engajado na luta popular. [...]. (SIMIM, 2019, p. 126).

A espiritualidade compunha importante elemento na metodologia do GEP no que tange à formação e aprendizagem política para uma ação transformadora da sociedade. Isso sem desconsiderar a complexidade da subjetividade juvenil, de maneira que a espiritualidade apontasse os fundamentos para a movimentação e ação juvenil em seu contexto. Portanto, a espiritualidade precedia ao reconhecimento do ato mais íntimo e complexo da condição humana, a experiência de profundidade da fé.

O aspecto da condução da espiritualidade representou entre os jovens uma significativa postura sobre o ser cristão no mundo, quando estimulava pensar a ética a partir do evangelho. A prática favorecia os jovens a contar com uma aprendizagem política a partir de uma educação que despertasse para uma consciência crítica e o exercício da cidadania.

Havia também uma orientação para o cuidado ao reducionismo de uma práxis libertadora da fé em uma prática de fé infantilizada e pouco provocativa para o seu amadurecimento, sem as devidas rupturas e atualizações da prática pastoral na comunidade eclesial e no enfrentamento das contradições e mudanças na realidade histórica.

Quando insistimos na espiritualidade, estamos seguros de que não devemos cair na ilusão do espiritualismo. As pessoas e grupos tendência espiritualista reduzem a fé às suas manifestações místicas. Desvalorizam o crescimento humano, o engajamento político e social, a consciência crítica. A fé vai se desencarnando e isolando-se do mundo.

Parece que as coisas boas devem ser sempre “religiosas”. O espiritualismo nasce muitas vezes de uma bonita paixão por Jesus, mas pode transformar-se numa paixão cega. O crescimento da espiritualidade está ligado ao amadurecimento humano e psicológico, à prática concreta do amor solidário, ao engajamento na comunidade cristã, ao estudo e à reflexão crítica sobre a realidade. (MURAD; ALBUQUERQUE, 1996, p. 25).

Nesse sentido, a metodologia do GEP buscava suprir uma lacuna na formação teológica pastoral que motivasse um avanço no caminho espiritual, reconhecidamente tratado a partir do percurso pessoal e eclesial. A metodologia tornou-se morada da partilha de vida e da espiritualidade através da aprendizagem política que favorecia o enfrentamento dos desafios a partir do reconhecimento da igualdade e da diversidade. Assim, a metodologia do GEP realizou em seu contexto a motivação para o amadurecimento do aspecto eclesial, considerando um caminho de profundidade na experiência da fé cristã.

A partilha de sentimentos e da espiritualidade demarcou originalidades como modelos de ação educativa eclesial juvenil. Tal metodologia vislumbrou o sonho da formação das juventudes em ambiente eclesial inspirado pelas renovações teológicas e eclesiais que ecoavam desde as Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellin e Puebla, respectivamente em 1968 e 1979, até a construção dessa metodologia inovadora.

Conclusão

As juventudes correspondem a essa faixa etária que de maneira especial transita no campo da ação como lugar do exercício do diálogo, da palavra que revela quem somos e os atos que empreendemos na vida. Intencionamos neste artigo verificar o que ocorreu naquele contexto juvenil da década de 1990, em que a metodologia do GEP surgiu como alternativa para a evangelização das juventudes e sua extensão em duas moradas cruciais de formação de grupos de jovens.

A iniciativa da metodologia do GEP aponta para a urgência e contínua necessidade de pensarmos trabalhos educativos que favoreçam o adolescer da subjetividade juvenil a iniciar o novo nos ambientes sociais. O GEP, ao apresentar a partilha como uma necessidade de vivência no conhecimento de si mesmo,

abriu possibilidade da construção de um modo de agir que coteja o campo da autonomia trazendo um protagonismo juvenil. Essa partilha de sentimentos se tornou crucial para o grupo que apontou para além dele a construção de uma identidade política e que se configurou em um processo de aprendizagem.

A pesquisa realizada reconhece a iniciativa de uma metodologia de formação das juventudes no ambiente eclesial que dialogou com as subjetividades juvenis ao contrário de um direcionamento de conteúdos sem ouvir o que se passava em seu contexto. Consideramos a metodologia de formação no GEP um trabalho educativo que realizou a escuta do que acontecia no contexto juvenil, compartilhando intenções a partir da dinâmica evangelizadora das juventudes. Todos esses atos representaram o percurso da aprendizagem política que favoreceu a revelação da condição juvenil de um grupo significativo de jovens através da ação política no contexto eclesial e social.

Enfim, os trabalhos educativos possuem uma dinâmica geradora da compreensão de que os sistemas serão transformados quando houver uma comunidade humana disposta ao bom debate, ao posicionamento ético e à garantia de direitos e deveres fundamentados no reconhecimento da igualdade e da distinção entre os seres humanos. Nesse sentido, os trabalhos educativos permitem a construção de uma ação política que exteriorize no contexto juvenil as possibilidades de transformações sociais e eclesiais. A significação da metodologia está na ação das trajetórias juvenis que, ao se tornarem ato, revelaram a partir do trabalho educativo ações transformadoras na Igreja Católica e para além do seu campo.

REFERÊNCIAS

BORAN, J. **Juventude, o grande desafio**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

FERREIRA, A. C.; RENA, L. C. C. B.; PINHEIRO, L. A. A juventude católica: práticas eclesiais da juventude na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: BOSCHI, C. C.; PINHEIRO, L. A. (coord.) **A Arquidiocese de Belo Horizonte e o laicato**. Belo Horizonte: Ed. Puc Minas, 2015, p. 437-441. v. 3.

FERREIRA, Amauri Carlos. **O imaginário religioso e modos de vida urbana: experiência da Juventude Católica em Belo Horizonte – MG. Anos 1980. 2002**. Tese

(Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião, Umesp, São Paulo.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2005.

MARQUES, Maria Elizabeth. **Formação e crise da juventude católica: o movimento em Minas Gerais (1935-1968)**. 1986. Dissertação (Mestrado e Ciência Política), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de história oral**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1998.

MURAD, Afonso; ALBUQUERQUE, Marcos. **Como formar grupos de espiritualidade e partilha**. São Paulo: Paulus, 1996.

SIMIM, Stephen Silva. **Educação e metodologia de aprendizagem política: experiências da juventude católica na Belo Horizonte dos anos de 1990**. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte: PUC Minas.

VIEIRA, Leite Ariane - **As concepções de Transformação Social que embasam dois movimentos de Juventude Católica Universitária- Projeto Universidades Renovadas (PUR), e Pastoral Universitária (PU) - Uma abordagem circunscrita aos anos de 1990-2000**. Monografia (Conclusão de Curso de Relações Internacionais) Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.